

Por que o jornalista não tem o direito de renunciar à própria liberdade

A ideia de Jean-Paul Sartre de que estamos “condenados a ser livres” poderia servir de epígrafe a esta apresentação. Numa passagem bastante citada de *O ser e o nada*, de 1943, ele afirma:

Estou condenado a existir para sempre para-além da minha essência, para-além dos móveis e motivos de meu ato: estou condenado a ser livre. Significa que não se poderiam encontrar outros limites à minha liberdade além da própria liberdade, ou, se preferirmos, que não somos livres para deixar de ser livres.¹

Em síntese, o homem não tem a liberdade de escolher não ser livre, pois mesmo a escolha de não fazer nada já constitui uma escolha.

A situação daquele que se encontra condenado à liberdade é por excelência a situação do jornalista em nossa

era. Mesmo assim, a frase de Sartre não entrou aqui como epígrafe. E por quê? A explicação parecerá produto de preciosismo e, no entanto, é bem elementar. Ela poderia ter sido a epígrafe e não foi porque, se fosse, deixaria no ar a impressão de que este livro finca raízes no existencialismo, o que não seria exato. Este livro não guarda intenção de filiar-se ao existencialismo e, por isso, esta apresentação começa pela menção a Sartre, mas não lhe reivindica a tradição. Não apenas para conforto dos existencialistas, que não precisarão se incomodar, mas principalmente para sossego do leitor, que está poupado de hermenêuticas filosóficas paralelas, periféricas e desnecessárias.

De todo modo, como Sartre falou antes algo que muito se aproxima do que se afirma e se reafirmará aqui, há que ser lembrado com todas as letras, ainda que não haja, nesta obra, a mínima vocação para especular se a existência precede a essência ou se a consciência é dotada de essência. Essas questões são exteriores ao que se pretende desenvolver nas páginas que se seguem, o que não elide, de todo modo, a proximidade entre uma coisa e outra, isto é, entre o homem sartreano, condenado à liberdade, e o jornalista, que tem o dever de ser livre.

Mais ainda: o jornalista não tem o direito de abdicar de sua liberdade. Para que se extraia mais clareza dessa máxima, e já adiantando em que termos ela não se confunde com o existencialismo, podemos subdividi-la em três proposições:

- Os jornalistas e os órgãos de imprensa não têm o direito de não ser livres, não têm o direito de não demarcar a sua independência a cada pergunta que fazem, a cada passo que dão, a cada palavra que escrevem.

- Cultivar, exercer e tornar cada vez mais explícita a liberdade com que exercem o seu ofício é o primeiro e o mais alto dever dos profissionais da imprensa.
- Os jornalistas devem recusar qualquer vínculo, direto ou indireto, com instituições, causas ou interesses comerciais que possa acarretar – ou dar a impressão de que venha a acarretar – a captura do modo como veem, relatam e se relacionam com os fatos e as ideias que estão encarregados de cobrir.

O leitor que já conhece o debate sobre ética na imprensa há de se perguntar, com razão: Ora, mas que novidade existe nisso?

Esse leitor dirá que, ao menos aparentemente, isso tudo já foi dito e repetido. O dever de ser livre aparece em todos os textos sérios sobre o assunto. Na maioria deles, a liberdade é pensada como um direito – mas em vários ela já aparece como dever. Sem dúvida, exigir da imprensa que ela seja livre é uma demanda tão antiga quanto a própria democracia. Mas, se nos detivermos sobre esse ponto com um pouco mais de atenção, veremos que existe, sim, um dado novo aí. É uma novidade pouco visível, mas, uma vez detectada, ela se descortina em proporções inéditas. A realidade atual da imprensa requer de nós que pensemos o velho tema da liberdade com uma ênfase diferente, a partir de um pequeno deslocamento do ponto de vista. Os efeitos dessa mudança de prisma se revelarão profundos, e nos conduzirão a perceber que, em tempos de fortes transições na mídia, o imperativo de ser livre não é apenas um dos deveres do jornalista, não é meramente um dever entre vários outros: *é o primeiro entre todos os deveres*. Logo, mesmo que também essa formulação já tivesse aparecido antes, ela nunca teve, como agora, um significado tão determinante.

A independência como premissa da interdependência

Antes de explicar por que esse dever, e não outro, é o primeiro, cuidemos de trocar em miúdos o que significa liberdade no campo prático do jornalismo. Para começar, não é a mesma coisa que liberdade na filosofia. O dever de ser livre, aqui, é algo que se traduz nas condições concretas de exercício da função. Essas condições são postas por elementos materiais e, por isso, passíveis de verificação pelo público. O fato é que só assim elas têm sentido. A sociedade tem o direito de contar com os serviços de jornalistas e de veículos noticiosos que sejam ativamente livres, assim como tem direito a hospitais que sejam higienizados e a escolas em que os professores não pratiquem a impostura. É nessa perspectiva – restrita, portanto – que a liberdade será tratada aqui: ela é dever para o jornalista na exata medida em que corresponde ao serviço que é um direito para o cidadão.

Essa abordagem restrita da palavra liberdade e, por assim dizer, mais técnica, porque circunscrita aos procedimentos de um ofício cujo propósito é informar a sociedade e mediar o debate público, não pretende suprimir a reflexão sobre as diversas outras dimensões do seu significado dentro do jornalismo, nem pretende reforçar o discurso dos que desprezam a envergadura metafísica do tema. Não existe aqui o propósito de elidir as implicações ideológicas que muitas vezes se ocultam sob o manto de liberdade formal e que concorrem para naturalizar a exclusão de pessoas ou de grupos sociais do acesso devido à informação e à expressão de seus pontos de vista. Ao contrário. Essas implicações que chamo de ideológicas, ainda que o termo esteja gasto, são objeto da crítica de mídia em seu sentido mais amplo, e, quanto a elas, a sociedade precisa se manter permanentemente atenta. Eu mesmo, em trabalhos anteriores, já me dediquei bastante a essa crítica – e

a ela ainda voltarei outras vezes. Mas, desta vez, procurei não fazer dessas outras dimensões da liberdade o eixo central dos capítulos, ainda que elas apareçam ocasionalmente em vários trechos. A preocupação que norteia este livro tem seu foco na natureza de um fazer profissional específico e, aí, procura vislumbrar os modos pelos quais a liberdade pode se materializar – para dar garantia de um serviço de qualidade ao público, e não para servir de regalia os profissionais do ramo. Trata-se de pensar em que níveis a liberdade pode ser verificada, aquilatada (ainda que ela não seja “quantificável”) e, conseqüentemente, em que termos ela pode ser reclamada pelo público.

Na imprensa, a liberdade encontra de fato uma materialização: ela se traduz no grau de *independência* dos veículos informativos (e de seus operadores) em relação aos interesses organizados, sejam eles econômicos, políticos, religiosos, sindicais, científicos e assim por diante.

Note-se que a palavra *independência* é nuclear. Sabemos que, no mundo contemporâneo, a noção de *independência* vem se confrontando com diversas relativizações. A própria soberania nacional é chamada a encontrar novas acomodações diante do crescimento da incontornável interdependência entre os países. Os Estados, que já não têm a alternativa de fechar-se para dentro, murando as fronteiras com o exterior, são chamados a entendimentos multilaterais de toda sorte. Nesse mundo, o conceito de *independência* vai se equilibrando em relação ao conceito de *interdependência*. A qualidade de um depende da qualidade do outro. Só existe *interdependência* profícua entre duas nações quando a *independência* de cada uma está assegurada e quando a *liberdade* – de escolha – não é peça de retórica, mas realidade.

Para a instituição da imprensa, igualmente, a tônica da *interdependência* está presente: a imprensa se relaciona com outros campos da comunicação, como a publicidade, o entretenimento,

os governos, as assessorias de imprensa, as ONGs etc. Os sistemas se conectam em relações que envolvem interdependências recíprocas, mas, sobretudo aí, há que se observar a premissa da independência em alto grau – caso contrário, a interdependência será apenas um termo eufemístico para esconder a reles submissão de um sistema a outro. Também na imprensa, portanto, a palavra independência é nuclear. Aliás, hoje, para o jornalismo, ser independente talvez seja ainda mais necessário.

É possível medir o grau de autonomia?

De que maneira o público poderá se assegurar de que os meios informativos exercem e prezam sua própria independência? Dessa pergunta depende a qualidade da informação que ele, público, recebe. É verdade que a simples análise da qualidade informativa de um veículo, ao longo do tempo, funciona também como um método de avaliação do seu grau de independência. Só há informação de qualidade no palco se a independência for a regra nos bastidores. Mas dizer isso é dizer pouco. É hora de procurarmos detalhar os critérios de verificação. Entre outros benefícios, esse detalhamento poderá render orientações mais precisas para as redações interessadas em fortalecer a liberdade no seu interior.

À medida que mergulhamos no detalhamento, revela-se mais nítida uma nova face da aderência entre estas duas palavras distintas, independência e liberdade. Pode-se dizer que, posta assim, em termos concretos e verificáveis, a independência formal e material fornece os pré-requisitos para que a liberdade, em suas diversas dimensões (até mesmo filosóficas), seja cultivada e radicalizada, sempre. A liberdade tem isto de muito curioso: ela só existe quando se expande. Se a imprensa não é capaz de expandi-la, a imprensa não é livre.

Como já foi dito, o grau de independência pode ser examinado por meio de indicadores objetivos. Eles não resolvem integralmente a complexa equação da independência como aquela que materializa as bases da liberdade, mas podem apontar de modo confiável alguns níveis da *autonomia* dos veículos e de seus jornalistas, autonomia da qual depende, por sua vez, o direito do cidadão de contar com uma imprensa livre. Esses indicadores não deveriam ser vistos como fórmulas ou matrizes em planilhas econométricas – não se propõe, aqui, uma contabilidade “independenciométrica”. Eles emergem dos valores assimilados, ou em vias de assimilação, na cultura política em relação aos padrões de informação que a sociedade produz e consome.

Por certo, esses podem – e, atualmente, devem – ser detalhados em estudos sobre qualidade da imprensa, mas só adquirem vitalidade à medida que se incorporam à cultura e ao hábito de ler, receber, processar e questionar as notícias, as ideias e as opiniões no espaço público. Nesse sentido, o esforço de esmiuçá-los não se faz necessário aqui – isso poderia ser feito num projeto de pesquisa específico. Basta dizer, por ora, que esses indicadores podem brotar de interrogações cotidianas. Exemplos: Quem paga as contas da publicação? Quem paga os jornalistas? A quem presta contas a redação? Se tratadas como indicadores, ou como base para indicadores, essas interrogações dizem muito.

Outros indicadores podem surgir da análise nominal da carteira dos anunciantes de um dado veículo. Se houver predominância de um grupo particular de anunciantes, de tal forma que ele tenha poder de comprometer o faturamento do veículo, a independência está ameaçada e, portanto, a liberdade está comprometida. O mesmo objetivo pode ser alcançado, aí por outro ângulo, a partir de um levantamento das fontes (às vezes recorrentes) de uma publicação. Elas refletem a multiplicidade do universo que aquela publicação se compromete a cobrir ou refletem, apenas, uma tomada parcial

desse universo? Se a resposta for afirmativa, outra vez, algo da independência foi corroído no caminho, pois se notará, com facilidade, um desnível entre o universo que se promete cobrir e a parte dele que efetivamente é coberta.

Tudo isso ajuda a precisar o grau de independência e, por decorrência, a solidez dos pré-requisitos para o cultivo e para a expansão da liberdade. Por esse caminho, podem-se averiguar a capacidade e a autonomia das redações para estabelecer suas agendas, suas pautas e suas edições sem ter que prestar contas a ninguém que não seja o seu público.

A liberdade como o ambiente essencial

É nesse sentido que a abordagem que este livro dedica à liberdade não se confunde com a abordagem da mesma palavra em outros domínios, como a psicanálise, que pensa a liberdade pela responsabilização do sujeito, o direito, que consolida os direitos fundamentais, ou a filosofia. Como já foi dito, de todos esses campos brotam elementos para o entendimento dos valores essenciais do jornalismo, pois de todos eles vêm luzes que se enfeixam no humano – categoria à qual pertence, ainda que não pareça, o jornalista.

No campo específico da imprensa, o *dever da liberdade* assenta seus alicerces na independência material e institucional que o protege contra interesses estranhos à missão de informar. Essa missão requer objetividade e espírito crítico e, nessa medida, é ela quem exige a observância dos pré-requisitos formais e materiais da independência. Um jornalista que cumpre o dever da liberdade não é obrigatoriamente um ser iluminado, emancipado das paixões, dotado de inteligência superior, nada disso. Ele é apenas um profissional que não responde a outros senhores por baixo do pano, estejam esses senhores escondidos numa conta bancária

ou mesmo em sua consciência. Sim, na própria consciência: um jornalista que se vale da profissão para, conscientemente, propagar pontos de vista religiosos ou partidários por meio de subterfúgios não é um profissional atento ao seu *dever da liberdade*.

Do mesmo modo, não é livre aquele que aceita mentir para a audiência com vistas a agradar o patrão: quem firma com seu empregador um pacto que ofende a ética profissional, um pacto que não pode ser declarado publicamente, trai o seu público. Pelo mesmo motivo, não está à altura do ramo em que atua um patrão da imprensa que cobre condutas ocultas de seus profissionais. A liberdade, em jornalismo, não deveria mais ser concebida como um ideal, como se fosse uma daquelas metas que se buscam alcançar, mas que não se podem atingir plenamente (como são a justiça, o equilíbrio ou a verdade): ela só tem sentido se for entendida como o ambiente vivo do fazer diário daqueles que exercem a função social de informar o cidadão.

É preciso ser livre para alcançar a verdade factual

Voltemos agora à pergunta exposta no início desta apresentação: Por que a liberdade, assim considerada, pode ser vista como novidade? Porque ela nos permite reconfigurar o entendimento desse ofício, não a partir daquilo que gostaríamos que ele fosse, mas a partir dos desafios que se abriram diante dele de uns tempos para cá.

O dever de ser livre se converteu em algo tão central que, se não observado, todos os demais princípios da missão de informar resultam prejudicados. Todos, a começar pelo dever da verdade. Se não for livre, escancaradamente livre – uma vez que se trata de ser livre em público, para o público, segundo padrões públicos –,

o repórter e o veículo para o qual ele trabalha estão impossibilitados de iniciar sua busca pela verdade dos fatos. A verdade jornalística – efêmera, transitória, precária, como sabemos – só se revela aos que não servem a outro senhor que não a ela própria.

Ainda que soe um tanto esotérica demais, essa é uma noção eminentemente prática. A verdade, no jornalismo, é uma construção discursiva, uma construção social que, para ser viável, supõe níveis específicos de independência dos seus mediadores (ou seja, os seus operários intelectuais). Dizer que a verdade no jornalismo é uma construção não significa dizer que ela seja um ato arbitrário, discricionário do profissional. Ela não se subordina a intencionalidades de uns ou outros, por mais que sua construção esteja permeada de intenções, algumas confessáveis e outras não. Ela depende da verificação dos fatos e, depois, ela também será verificada pelo próprio curso dos fatos. Ela decorre da apuração, da reportagem pela qual seus profissionais investigam os fatos, mas também decorre do embate que terá com os fatos, em retorno. Os personagens das notícias são seus vigilantes: eles a desmentem e também podem validá-la constantemente, sempre com a participação do público.

As mentiras na imprensa podem perdurar por algum período, mas, se as condições de independência existem, ainda que minimamente, o debate público tende a corrigi-las e a desautorizá-las. É nesse sentido que a verdade factual do noticiário resulta de uma construção social. Aí, a manipulação, que efetivamente acontece, entra como burla, não como regra. A verdade no jornalismo, em seu processo de construção social, inclina-se a repelir falsificações; ela conspira contra as premeditações do manipulador, que, de seu lado, conspira contra ela.

Aquilo a que chamamos de verdade factual não existe previamente ao relato que a institui, ou seja, ela não está posta fora dos domínios da narrativa que a constitui, pois adquire a sua

existência *dentro* do discurso jornalístico. Ela não vive sozinha na natureza, à espera de alguém que venha desvendá-la. Ela não é como aquele tipo de verdade que a ciência já quis descobrir e, em alguns casos, até descobriu, de fato (registremos que, também na ciência, a verdade só pode ser detectada dentro do campo do seu próprio discurso): ela só se manifesta na intersubjetividade, no bojo de relações sociais e linguísticas entre sujeitos que se leem, se falam e se interrogam incessantemente. Por isso mesmo é que, aos mediadores desse processo, cada vez mais complexo, impõe-se o dever de despir-se de interesses outros que não seja o de informar o cidadão sobre aquilo que ele tem o direito de saber e conhecer. Em suma, a verdade factual só se constrói quando as premissas da liberdade são cumpridas, mesmo que rudimentarmente. É uma questão de método.

As redes interconectadas na esfera pública

O advento avassalador das mídias digitais e a crescente diversidade de vozes presentes no rumor da imprensa não revogaram, ao contrário do que muitos imaginam, o dever da liberdade. As novas tecnologias o tornaram ainda mais premente, isso sim. Não é difícil de demonstrar por quê. Se cresce o volume de informação nos mais diferentes suportes, se as relações públicas transformam empresas e organizações dos mais diversos setores em “provedoras de conteúdo” na rede mundial de computadores, se cada vez é mais abundante a oferta de textos, imagens e sons, com dados e opiniões para cada vez mais gente de cada vez mais países, também cresce, na mesma escala, o peso de uma pergunta singela, que todo mundo se faz o tempo todo: em quais desses “conteúdos” eu posso confiar?

O cenário na internet fala por si. Marcas tradicionais de velhos diários disputam com blogs e sites novíssimos, mais que

audiência, a confiança do público. Com quais motivações cada um deles apura, edita e distribui informações, opiniões e ideias? Quais os compromissos que os amarram? Há agendas ocultas? Pouco a pouco, esse tipo de indagação vai reclassificando e hierarquizando a reputação, a confiabilidade e a credibilidade dos fornecedores de conteúdos informativos. Nesse movimento, para os grandes e para os pequenos, o dever da liberdade é ainda mais decisivo.

Naturalmente, nem todos respondem aos requisitos de liberdade na mesma forma, do mesmo modo: há nuances, diferenciações geográficas, culturais, religiosas, econômicas, políticas, programáticas, diferenças que variam segundo os públicos e as comunidades envolvidas. Algo, porém, é comum a todos: os requisitos da independência se expressam na transparência com que cada um expõe os compromissos que o amarram. É preciso que exista consonância entre o que se diz fazer, o que se faz e os métodos pelos quais se faz. É preciso que estejam claras as barreiras contra interesses estranhos ao propósito anunciado. Assim é que o público tem razão de se perguntar: quem é confiável no meio dessa barafunda? Ele sabe que só obterá informação com credibilidade se buscar veículos que aceitam a transparência. Por isso, hoje, o dever da liberdade, para os jornalistas, vem antes e acima dos demais.

Não que os jornalistas, humanos que são, devam pretender assumir a condição de sujeitos neutros, sem determinações de nenhum tipo. Isso não existe, é claro. Só o que se requer é que essas determinações sejam transparentes, as mais transparentes possíveis. A partir daí, o público saberá fazer suas escolhas, com autonomia e autoridade sobre elas. Com transparência e compromissos claros, é possível existir até mesmo jornalismo com filiação a uma doutrina religiosa, a uma corrente política, ou o jornalismo corporativo ou empresarial. Naturalmente, esse

tipo de jornalismo, por estar vinculado a uma instituição que não é a própria instituição da imprensa (uma empresa, um partido, uma igreja etc.), será limitado em sua credibilidade geral, mas, deixando explícitas as suas vinculações, poderá, dentro do seu público específico, merecer confiança em seus propósitos informativos. É possível – desde que ele saiba ser transparente em suas motivações. O que vai contaminá-lo, corroê-lo em sua credibilidade, é a existência de agendas ocultas, não declaradas, por meio das quais o tratamento das notícias se processará de modo oblíquo e dissimulado. Contra isso é que o público vai aprendendo, rapidamente, a se vacinar. Em poucas palavras, trata-se de adotar, no ofício de informar a sociedade, os padrões mínimos de honestidade intelectual, pois o jornalismo é, ele também, uma atividade intelectual.

Os capítulos deste livro

Hoje, várias frentes de interesses concentrados e organizados ameaçam a liberdade indispensável à prática do jornalismo. Eles não vêm apenas das investidas da publicidade, com técnicas invasivas – admitidas pelas redações – que vão da entrada de anúncios em espaços tradicionalmente editoriais, como capas inteiras de cadernos ou mesmo dos jornais diários, até o patrocínio de grandes encartes, mais ou menos disfarçados de conteúdo informativo e não publicitário. Sobre isso, já escrevi bastante em trabalhos anteriores, como *Sobre ética e imprensa*. As novas frentes que concorrem para sitiar a independência partem da indústria do entretenimento, dos governos, da promiscuidade interessada entre fontes e repórteres (um velho vício que soube se “modernizar” e se agigantar, passando das cumplicidades pessoais para a associação sistêmica entre veículos, empresas e esquemas de poder), do corporativismo, do capital e, também, de ONGs.

Este livro analisa as principais delas, às vezes a partir de casos reais, em textos que foram elaborados entre 1997 e 2008.

A primeira dessas frentes se refere ao modo pelo qual a indústria do entretenimento vem engolindo não apenas o discurso jornalístico em geral, como também os órgãos de imprensa em particular. O primeiro capítulo deste volume, “... e o jornalismo virou *show business*”, flagra uma etapa desse movimento, na década de 1990. A tendência das megafusões no setor de mídia, pelas quais os veículos noticiosos passariam a se tornar meros departamentos em grandes conglomerados cujo negócio é mais amplo do que a imprensa em sentido estrito, dentro dos quais passaram a conviver atividades comerciais conflitantes, é objeto desse texto. A pergunta que o orienta é: pode haver independência editorial de um veículo em relação ao comando do conglomerado que é seu proprietário? De que modo os jornalistas passaram a responder a esse (novo) tipo de questionamento?

O segundo capítulo, “A promiscuidade com as fontes segundo *O beijo no asfalto*”, estabelece uma reflexão a partir das relações promíscuas entre um delegado de polícia e um repórter numa peça de Nelson Rodrigues. O que está em xeque, aí, é a associação entre o profissional de imprensa e sua fonte para produzir efeitos lucrativos para ambos por meio da manipulação do noticiário. Caricata na peça de teatro, essa promiscuidade se converteu numa modalidade específica de corrosão da independência editorial e, hoje, apresenta-se em moldes mais danosos e mais perversos.

Em “Informação e guerra a serviço do espetáculo”, em que discuto as ações de comunicação do governo americano na fase preparatória da invasão do Afeganistão e, mais tarde, do Iraque, são estudadas as teias de cooptação da imprensa pelo poder de um Estado – não de um Estado qualquer, mas daquele que se põe como o mais forte de todos, os Estados Unidos. Se antes dizíamos que, quando uma guerra começa, a primeira vítima

é a verdade, constatamos agora que se dá justamente o oposto: para que uma guerra comece é preciso que, antes, a verdade seja vitimada. Mais do que nos outros capítulos, nesse aparece com crueza o esquiteamento dos procedimentos jornalísticos na era do espetáculo, em que as fronteiras entre fato e ficção já se encontram estruturalmente desfeitas. Em “Informação e guerra a serviço do espetáculo”, portanto, o tema não é apenas a invasão dos domínios da imprensa pelos interesses governamentais, mas também a descaracterização, a perda de identidade do discurso jornalístico em meio à colossal indústria do entretenimento desnaturada em máquina de guerra – e da própria guerra que se põe não mais como prolongamento da política, mas como a continuação do espetáculo por outros meios.

O quarto capítulo, “Jornalistas e assessores de imprensa: profissões diferentes, códigos de ética diferentes”, põe em destaque uma das mazelas brasileiras da profissão: a indistinção que os sindicatos de jornalistas insistem em promover entre ocupações distintas e às vezes antípodas, a do assessor e a do jornalista propriamente dito. Nesse texto pode-se ver como são tênues, especialmente em nosso país, as linhas demarcatórias que deveriam separar o ofício dos que informam a sociedade e a atividade daqueles que são pagos para defender interesses de seus clientes ou empregadores. Também aí, a independência da imprensa se vê terrivelmente ameaçada – e, nesse caso, não por força do mercado ou do poder econômico, mas por atraso do corporativismo de uma categoria profissional sem contornos claros.

O tema da entrada indevida do governo na esfera da imprensa é examinado com mais profundidade no quinto capítulo, “Verdade e independência numa empresa pública de comunicação”. No Brasil, as instituições ditas públicas de comunicação ainda funcionam como instrumentos de propaganda partidária de interesses alojados nos governos e, por aí, pode-se identificar

com total nitidez outra frente de interesses articulados que ameaçam os marcos da necessária independência editorial. Nesse texto, não é ocioso notar, pesa bastante a experiência que tive entre 2003 e 2007, ao presidir a Radiobrás, em Brasília.

Finalmente, o último capítulo é aquele que emprestou o título a este livro: “A imprensa e o dever da liberdade”. Nele, chamo atenção para a necessidade de observarmos com mais rigor a independência em relação aos governos e aos movimentos sociais organizados, que hoje se articulam em redes capazes de cooptar e instrumentalizar parte da cobertura. Embora despontem na arena pública de modo a ser percebidos como vítimas de exclusão na pauta noticiosa, o que muitas vezes é verdade, eles aprenderam a atuar com práticas próprias de *lobby* e, em alguns casos, são bem-sucedidos em influenciar parcelas das redações. Por isso, é fundamental que, também em relação a eles, a reportagem saiba manter um olhar crítico.

Um crédito devido a Rui Barbosa

O título deste livro é uma citação direta de uma obra clássica de Rui Barbosa, *A imprensa e o dever da verdade*. Publicada em 1920, ela deixou marcas na nossa cultura política. Vêm de Rui Barbosa algumas frases antológicas, como “a imprensa é a vista da nação”.² Ele advertia:

Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.³

Nessa obra, Rui assinalou corretamente os vínculos entre verdade e liberdade:

Todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados. Na sua liberdade, já em 1688, via o Parlamento de Inglaterra “o único recurso pronto e certo contra os maus”.⁴

Ele também alertou contra os tentáculos que os governos estendem para subornar e cooptar jornalistas os quais, não raro, deixavam-se corromper: “Ao derredor do poder formigreja a multidão venal, e os governos, se algum embarco topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita.”⁵

Ainda hoje, os vícios apontados por Rui Barbosa permeiam as relações entre jornalistas e o poder. Nesse sentido, em que pesem todas as diferenças e as distâncias que separam o meu pensamento da orientação ideológica que moveu a vida, a produção e a militância do velho jurista baiano, este meu livro, bem mais modesto, é uma retomada daquilo que ele escreveu há noventa anos. Em seu tempo, ele procurava iluminar o dever da verdade, que dependia, como ele mesmo reconhecia, da observância da liberdade. Agora, nosso dever é tomar conta da liberdade em primeiro lugar. Não como aspiração ideal, mas como um método prático, sustentado em balizas materiais. Sem esse método, estaremos alijados do processo social de construção da verdade, por mais transitória e inacabada que ela seja – e é – nos marcos do jornalismo.

Notas

¹ Jean-Paul Sartre, *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*, 17. ed., Petrópolis, Vozes, 1997, p. 543-544.

² Rui Barbosa, *A imprensa e o dever da verdade*, São Paulo, Papagaio, 2004, p. 32.

³ Idem, p. 34-35.

⁴ Idem, p. 35.

⁵ Idem, p. 40.